

Horizontalização e verticalização na pesquisa linguística – dois casos: a classificação e a caracterização de textos e a gramaticalização de verbos

Luiz Carlos Travaglia*

Resumo

A partir da constatação de que há dois modos de realização de pesquisas linguísticas em função da extensão do campo de estudo, que denominados de horizontalização e verticalização, os objetivos neste artigo são: a) configurar os dois modos de trabalho na pesquisa linguística; b) propor e demonstrar que os dois modos de realizar pesquisa são necessários e complementares e que trabalhar apenas de um modo pode ser prejudicial ao desenvolvimento do conhecimento linguístico e também levar a alguns problemas que julgamos devem ser evitados, para confiabilidade dos resultados de pesquisa. Para atingir estes objetivos os dois modos de pesquisa – horizontalização e verticalização – são conceituados e algumas questões relativas à constituição de *corpora* nos dois modos de trabalhar na pesquisa linguística são discutidas. É feita a proposta de que horizontalização e verticalização devem andar juntas no processo de pesquisa, pois uma sem a

outra sempre deixará o conhecimento incompleto e a verticalização sem a horizontalização pode conduzir a equívocos, decorrentes de uma visão muito localizada dos fatos. Por meio de dois exemplos relacionados ao estudo da “gramaticalização dos verbos” e da “classificação e caracterização de textos” buscamos evidenciar o que são os dois modos de trabalhar, a validade e a necessidade dos dois e, finalmente, que é preciso valorizar igualmente os dois tipos de trabalho, contrapondo-nos a um preconceito contra os estudos mais horizontais, nem sempre explicitado, mas de certo modo corrente na academia.

Palavras-chave: Pesquisa linguística. Gramaticalização de verbos. Classificação e caracterização de textos.

* Professor da Universidade Federal de Uberlândia.

Data de submissão: maio de 2009. Data de aceite: junho de 2009.

Horizontalização e verticalização

Muito tem sido dito sobre a pesquisa linguística: seu modo de realização, seus objetivos, a necessidade de ser utilizada em ações de significação social, os tipos de pesquisa, as áreas. Queremos abordar um aspecto que diz respeito ao modo de realização da pesquisa linguística, mais especificamente em relação ao que poderíamos denominar, com Marconi e Lakatos (2006, p. 22), como “a extensão do campo de estudo”, pensando em distinguir com as autoras dois tipos de pesquisa: a) “levantamentos, sondagens e *surveys*, etc.; b) pesquisas monográficas ou de profundidade”. Todavia, preferimos referir essa distinção como uma questão de horizontalização e verticalização na pesquisa. Buscamos a seguir explicitar o que queremos dizer com horizontalização e verticalização.

Já sabemos que o objeto de pesquisa da linguística é a língua ou as línguas, cujo estudo pode ser feito sob várias perspectivas, que têm resultado em modelos teóricos ou disciplinas linguísticas. Seja qual for o modelo teórico ou disciplina, podemos fazer a pesquisa com graus de abrangência diversos. Em função desse diferente grau de abrangência é que podemos falar em horizontalização ou verticalização na pesquisa. Quando fazemos pesquisa, nosso olhar pode voltar-se para um aspecto específico de um fato ou fenômeno social ou natural, ou para um campo mais vasto de aspectos rela-

cionados ao mesmo fato ou fenômeno. Consideramos a língua como um fato ou fenômeno social, o que parece ser quase consenso nos dias de hoje.

Temos horizontalização quando, observando um fato ou fenômeno, no nosso caso um fato ou fenômeno linguístico, trabalhamos buscando uma visão mais ampla, abrangente de tudo o que possa estar envolvido neste fato ou fenômeno e, conseqüentemente, que pode ser objeto de estudo ao tratarmos do mesmo. Como que se constitui, assim, um campo de estudo. Muitas vezes a horizontalização demanda uma descrição menos detalhada, pelo menos em alguns aspectos ou estágios da pesquisa. A horizontalização exige, comumente, um *corpus* mais amplo.

Temos a verticalização quando trabalhamos observando um desses aspectos envolvidos em dado fato ou fenômeno, ou seja, tomamos um ponto mais específico e aprofundamos o estudo do mesmo em detalhes ou de uma perspectiva configurada por modelos ou teorias linguísticas ou por disciplinas linguísticas. A verticalização pode ou não exigir um *corpus* mais ou menos amplo, dependendo do fato ou aspecto que se estuda. Os conceitos de horizontalização e verticalização não são absolutos, pois, como veremos, um estudo pode ser uma abordagem horizontal de um fato ou aspecto deste fato, mas ser uma verticalização se considerarmos outro fato ou fenômeno como o objeto de pesquisa.

As duas formas de estudo são necessárias, pois sem a horizontalização

corremos o risco de, por não se ter um quadro geral, em que determinado fato ou fenômeno ou aspecto destes se encaixa, terminarmos por tirar conclusões, fazer generalizações e afirmações que não se sustentam, quando o fato ou aspecto estudado é confrontado com outros que se lhe avizinham ou são com ele correlacionados em algum sentido. É o caso, para tomarmos um exemplo, de alguém afirmar que descrições se constroem com o presente do indicativo ou com o pretérito perfeito do indicativo. Uma pesquisa mais ampla (TRAVAGLIA, 1991) evidenciou que há também descrições futuras feitas com o futuro do presente ou outras formas marcadoras de futuro, ou seja, a falta de amplitude do estudo sempre levou os estudiosos a ignorar as descrições futuras, mais raras, todavia existentes. Por outro lado, a verticalização é necessária para o conhecimento de um fato ou aspecto dele de maneira mais aprofundada, completa, minuciosa, considerando diversos parâmetros que podem ser utilizados. Assim, por exemplo, a afirmação de que os gêneros fábula, parábola e apólogo se distinguem pelo tipo de personagem (respectivamente, animais, seres humanos e objetos inanimados) não capta a real distinção desses gêneros, como veremos mais adiante.

Pretendemos comentar essas duas formas ou atitudes de pesquisa utilizando dois exemplos. O primeiro se refere à gramaticalização dos verbos e o segundo, à classificação e caracterização de textos.

A gramaticalização de verbos

Ao trabalhar com a gramaticalização dos verbos, Travaglia (2002) realizou um estudo bastante amplo trabalhando com um *corpus* de textos orais da segunda metade do séc. XX e início do séc. XXI (16 inquéritos do projeto PEUL-UFRJ/ Amostra Tendência e 16 inquéritos do NURC-RJ) com mais ou menos 40 horas de gravação e um *corpus* de textos escritos do séc. XIII ao séc. XXI, com ênfase maior nos textos contemporâneos (segunda metade do séc. XX e início do séc. XXI) num total de 160 textos, com aproximadamente quinhentas páginas, e fez duas pesquisas:

- 1) a primeira levantava no *corpus* todos os verbos gramaticais ou em gramaticalização e as suas funções gramaticais, o que teminhou por configurar um quadro de possíveis funções de tais verbos;
- 2) a segunda estudava mais profundamente a gramaticalização de uma cadeia de verbos (*começar / passar – continuar – acabar / terminar e deixar*) a partir da hipótese de que nos textos, eles constituem uma cadeia de sequenciação, marcando o início, o meio e o fim das situações como marcadores de aspecto (inceptivo / cursivo / terminativo e começado / acabado) e/ou como sequenciadores textuais. Para preencher funções textuais e discursivas correlacionadas, estes

verbos teriam entrado em processos de gramaticalização mais ou menos simultâneos e correlacionados. Pela hipótese, os valores e funções desses verbos seriam de duas naturezas distintas, mas de certa forma interligados:

- a) atuariam como recursos da língua portuguesa para expressão de aspecto (inceptivo, cursivo e terminativo, de um lado, e começado e acabado, por outro);¹
- b) atuariam como recursos da língua para ordenar elementos textuais e/ou situações² expressas nos textos, marcando inepção / início, continuação / continuidade / meio e término / final.

Uma outra hipótese que se pretendia verificar era a de que certos processos de gramaticalização do verbo ou de suas formas e categorias poderiam estar correlacionados com determinados tipos de textos em sua constituição e/ou ocorrência.

Na primeira pesquisa (TRAVAGLIA, 2003) que consideramos uma abordagem horizontal detectamos 99 verbos gramaticalizados ou em processo de gramaticalização exercendo as mais diferentes funções gramaticais, a saber:

- 1) marcar categorias gramaticais do próprio verbo: tempo, modalidade, voz e aspecto;
- 2) expressar noções semânticas muito gerais e mais abstratas que não constituem situações, tais como

repetição, cessamento, tentativa, consecução, resultado, comparação, superação, resolução/decisão, intenção, aparência, limitação, atribuição, continuidade, etc.;

- 3) exercer funções textuais-discursivas diversas, tais como:
 - a) os marcadores conversacionais;
 - b) ordenadores textuais;
 - c) operador argumentativo;
 - d) introdutórios de elementos diversos relacionados ao desenvolvimento do tópico: reformulação, paráfrase, introdução e/ou encadeamento, enumeração, especificação etc.;
 - e) indicadores ou estabelecadores de relevância;
 - f) expressão de tempo que não é categoria verbal;
 - g) modalizadores;
- 4) ser meros “carregadores” ou “suportes” de categorias verbais sendo a situação expressa por outro verbo (o principal no caso dos verbos auxiliares e semiauxiliares), ou um nome, como no caso de verbos ligação e dos verbos com situação indicada por um nome (A luta começou no horário);
- 5) exercer funções próprias de outras categorias em que se transformou ou em que está se transformando: é o caso dos verbos de ligação, que funcionam como conectivos, e de verbos que se tornaram conjunções e interjeições.

Para cada verbo gramatical e/ou em gramaticalização encontrado fizemos apenas uma descrição e exemplificação rápida, como a dos verbos acontecer e chegar abaixo, que tomamos a Travaglia (2003) com pequenas adaptações.

3 - ACONTECER

- **Operador argumentativo**

Insere argumento que anula tudo o que o interlocutor disse.

Forma: acontece + que

- 1) Acontece que os outros sete não aguentaram. (*O Globo*, 20/8/2001, p. 8).
- 2) Você nos convidou, mas acontece que nós não quisemos ir.

12 - CHEGAR

- **Marcador temporal**

- 1) “Bom, chegô um dia que faltô tinta...” (BERLINCK, 1987, p. 16).
- 2) Já chegou a hora de parar de ouvir falar nessa miséria. (*Veja*, 27/2/2002, p. 13).

- **Quase-auxiliar ou auxiliar semântico indicador de resultatividade.**

Forma: Chegar + a + infinitivo

- 1) Professores gastam mais tempo apresentando teorias do que discutindo as premissas em que elas se baseiam, às vezes elas nem chegam a ser mencionadas. (*Veja*, 24/10/2001, p. 22).
- 2) O ideólogo Francis Fukuyama chegou a decretar o fim da

história e muitos realmente acreditaram que, depois disso, nada haveria de importante a registrar para a posteridade além de flutuações das Bolsas e variações nas taxas de juro. (*Carta Capital*, 19/9/2001, p. 46).

- 3) Ele chegou a falar com o diretor. (Conversação espontânea, homem, 15 anos).
- 4) Às vezes chegam até a casar as pessoas já de olho na separação. (*O Globo / Segundo Caderno*, 20/8/2001, p. 8).
- 5) Mas você chegou a terminar a segunda série? (Entrevistadora: L. de A. M., PEUL / *Tendência*, André, 21 anos).

- **Operador argumentativo**

Como operador argumentativo é mais ou menos equivalente a “até”, mas enquanto este se aplica a entidades, o verbo “chegar” nesta função parece aplicar-se apenas a situações. Parece ser um uso mais regional em certas áreas do Nordeste. Em outras regiões parece que se usa o “até” como no exemplo 3. O valor é um pouco consecutivo. (Veja o valor como conjunção).

- 1) Ele chega tá bufando de raiva de você. (novela *Porto dos milagres*, Rede Globo, ago. 2001, homem, + ou – 25 anos, baiano).
- 2) Eu chego tô quereno isganá ele. (Conversação espontânea, mulher, 25 anos, baiana).

- 3) Ele tá até bufando de raiva de você.

- **Conjunção**

Com valor muito parecido a quando atua como operador argumentativo, funciona como uma conjunção consecutiva substituindo a conjunção “que”.

- 1) Choveu *tanto* **chega** ficou tudo molhado. (Conversação espontânea, mulher, culta, 42 anos, Recife).

- **Encadeador discursivo / verbo serial**

- 1 - a) Aí ele **chegô** falô assim, ó: tô afim de falá contigo
b) Fala sério, ô. **Chegô**, quando eu falo eu só falo sério. Pô, maior cabeça, tipo assim filósofo (Peça Cócegas de Heloísa Perissé e Ingrid Guimarães, imitando uma adolescente)

- **Interjeição (?)**

- 1) Situação 1: o filho está comendo muito e a mãe diz:
2) Situação 2: Numa situação de discussão alguém num dado momento alguém diz:
– Chega!

- **Quase auxiliar ou auxiliar semântico com valor causativo de cessamento**

- 1) Chega de tocar esta buzina na cabeça dos outros!
2) Chega de falar bobagens!

Dentro desse levantamento, que é um estudo horizontal, a descoberta de **17 verbos de ligação** (acabar, achar,

andar, apresentar-se, continuar, deixar, estar, fazer, ficar, mostrar, parecer, passar, permanecer, ser, tornar-se, tratar-se, viver) pode ser vista como uma verticalização no estudo dos verbos quanto ao seu comportamento sintático.

A segunda pesquisa a que nos referimos verticalizou o estudo da gramaticalização dos verbos começar/passar – continuar – acabar/terminar e deixar, observando: a) o seu grau de gramaticalização para cada valor gramatical que eles apresentam; b) o que favorece ou não esse processo de gramaticalização; c) quando o processo provavelmente começou.

Como os valores aspectuais se davam sobretudo com os verbos acima usados como auxiliares, o primeiro grupo de fatores analisado verificava o grau de integração do verbo ao principal como evidência da maior ou menor grau de gramaticalização. Esses fatores eram: a) intercalação de material entre o auxiliar e o principal e a natureza do material intercalado; b) *status* da forma nominal como argumento ou não do auxiliar; c) se os dois verbos (auxiliar e principal) têm o mesmo sujeito; d) tipo de subordinada que a forma nominal representa; e) pausa entre auxiliar e principal; f) mobilidade do que vem depois do verbo em gramaticalização. O segundo grupo de fatores analisados recobria três aspectos do processo de gramaticalização:

- a) outros indícios de maior ou menor grau gramaticalização: a) tipos de sujeito; b) forma do sujeito;

- c) formas verbais com que o verbo em gramaticalização pode ocorrer; d) tempo verbal (categoria); e) modalidade; f) aspecto verbal dividido em quatro subgrupos: duração, realização, desenvolvimento, completamente; g) pessoa do discurso;
- b) se a gramaticalização tem origem ou ocorre de preferência em algum contexto linguístico ou extralinguístico: a) tipo de texto fundamental: descritivo, dissertativo, injuntivo, narrativo; b) modalidade de língua: oral, escrito, oral que foi escrito, escrito para imitar o oral; c) tipo de amostra: culta ou não-culta; d) sexo do produtor do texto;
- c) fatores que “datam” os processos de gramaticalização: a) época: séculos XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, primeira metade do séc. XX, segunda metade do séc. XX e séc. XXI; b) idade do produtor do texto.

No *corpus* encontramos, para os verbos sob análise, o número de ocorrências

especificado no Quadro 1. Cada ocorrência foi analisada para cada fator acima e devidamente codificada de acordo com os códigos estabelecidos para os fatores. As ocorrências codificadas foram processadas pelo programa de computação Goldvarb2001, utilizado para quantificações em estudos sociolinguísticos dentro da teoria da variação, proposta por Labov. Utilizamos o programa até sua parte chamada “makecell”, que calcula as porcentagens de ocorrência de todos os fatores em relação a um grupo de fatores considerado como variável dependente.

No nosso caso a variável dependente foi sempre constituída pelos valores e usos dos verbos em estudo, entre os quais foram incluídos os valores e funções lexicais e gramaticais de cada verbo. Para os estudos sociolinguísticos os fatores que constituem “nocaute”, por apresentarem frequência igual a 100% em relação a um valor ou uso do verbo, têm de ser eliminados por não ser um fenômeno variável, mas para nós estes casos seriam extremamente pertinentes por revelar uma tendência cada vez mais específica de uso.

Tabela 1: Número de ocorrências de cada verbo no corpus

Verbo	Quantidade de ocorrências no corpus	Porcentagem em relação ao corpus estudado	Porcentagem por área
Começar	521	26,57%	51,35 %
Passar	486	24,78%	
Continuar	167	8,52%	8,52 %
Acabar	319	16,27%	
Terminar	69	3,52%	40,13 %
Deixar	399	20,34%	
Total	1961	100 %	100%

De posse da análise quantitativa, pudemos proceder à análise qualitativa e verificar como cada verbo estava se gramaticalizando e seu grau de gramaticalização para cada valor gramatical. Este estudo verticaliza muito mais a análise do processo de gramaticalização do que o primeiro. Evidentemente, o primeiro levantamento abre um campo estruturado de pesquisa sobre a gramaticalização do verbo em que estudos mais pontuais podem ser realizados, levando em conta um quadro mais amplo de inserção. Esta seria a função do estudo mais horizontal. Quase todos os fatos levantados no primeiro estudo estão à espera de um estudo mais verticalizado.

Como dissemos, um fato linguístico ou aspectos mais específicos desse fato podem ser objeto de um estudo mais horizontal ou mais vertical. Passemos ao segundo exemplo.

A classificação e a caracterização de textos

O segundo exemplo que gostaríamos de apresentar para comentar sobre a necessidade de horizontalização e verticalização na pesquisa linguística diz respeito ao estudo da classificação e caracterização de textos. Este exemplo, parece-nos, deixa mais claro o fato de que o estudo horizontal pode salvaguardar o pesquisador de equívocos no estudo de fatos e aspectos mais pontuais a que este precisa se dedicar.

Já nos referimos às questões da descrição futura e da distinção entre os gêneros fábula, apólogo e parábola. No primeiro caso, somente um estudo mais horizontal, com um grande levantamento em um *corpus* bastante amplo, permitiu a identificação da existência da descrição futura. No segundo caso somente um estudo mais verticalizado (ARANTES, 2006) possibilitou distinguir gêneros extremamente próximos, sem ficar preso apenas ao critério do tipo de personagem, por si só incapaz de distinguir apólogo, fábula e parábola. Passemos ao estudo mais horizontal sobre classificação e caracterização de textos que nos tem permitido constituir uma proposta teórica mais ampla para o trabalho com tal questão.

De 2000 para cá temos desenvolvido, em mais de um projeto, uma pesquisa que pode ser classificada de horizontal com muitos momentos de verticalização. É uma pesquisa em que se pretende fazer um levantamento do maior número possível de categorias de texto circulantes na sociedade e cultura brasileiras e fazer uma descrição e caracterização das mesmas. Neste particular tem atuado também o Grupo de Pesquisa sobre Texto e Discurso (Petedi) do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, que no momento está trabalhando mais especificamente no levantamento e descrição dos gêneros orais, presentes em qualquer comunidade discursiva ou área de esfera de ação social.

O meu projeto atual concentra-se no levantamento dos gêneros das comunidades discursivas militar (exército), religiosa (cristã católica) e médica.

Ao trabalhar buscando levantar e caracterizar as categorias de textos, já conseguimos levantar 580 categorias de texto. Tal levantamento se caracteriza como um estudo mais horizontal.

Categorias de texto e tipelementos

Com o termo “categoria de texto” (TRAVAGLIA, 2007a) designamos qualquer classificação que uma sociedade e cultura deem a um texto, tipologizando-o. A “categoria de texto” identifica uma classe de textos que têm uma dada caracterização, isto é, um conjunto de características comuns em termos de conteúdo, estrutura composicional, estilo (características linguísticas), funções/objetivos, condições de produção, mas distintas das características de outras categorias de texto, o que permite diferenciá-las. São exemplos de categorias de textos em nossa sociedade e cultura brasileiras: descrição, dissertação, injunção, narração, argumentativo *stricto sensu*, predição, ordem, conselho, pedido, prescrição, volição, expositivo, explicativo, romance, novela, conto, fábula, parábola, caso, ata, notícia, mito, lenda, certidão, atestado, ofício, carta, soneto, haikai, ditirambo, ode, acróstico, epitalâmio, prece, tragédia, comédia, farsa, piada, tese, artigo, relatório, ocorrência, requerimento, boletim de ocorrência,

denúncia, sentença, receita culinária, receita médica, publicidade, etc.

O levantamento e busca de caracterização das categorias de texto circulantes em nossa sociedade e cultura brasileiras permitiram descobrir vários aspectos interessantes para a teorização sobre classificação e caracterização de textos.

Em primeiro lugar descobrimos que nem todas as categorias de texto têm a mesma natureza e que há, pelo menos, textos de quatro naturezas diferentes. A essas naturezas chamamos de “tipelementos”. (TRAVAGLIA, 2007a). Portanto, o termo “tipelemento” designa classes de categorias de textos, identificando classes de categorias de textos de “naturezas” distintas. Às quatro naturezas descobertas até o momento demos os nomes de tipos, subtipos, gêneros e espécies.

O tipo (TRAVAGLIA, 2007a) é identificado e se caracteriza por instaurar um modo de interação, uma maneira de interlocução, segundo perspectivas que podem variar constituindo critérios para o estabelecimento de tipologias diferentes. São exemplos de tipos:

1. Texto descritivo, dissertativo, injuntivo, narrativo;
2. Texto argumentativo *stricto sensu* e argumentativo não *stricto sensu*;
3. Texto preditivo e não preditivo;
4. Texto do mundo comentado e do mundo narrado;
5. Texto lírico, épico/narrativo e dramático;

6. Texto humorístico e não humorístico;
7. Literário e não literário;
8. Factual e ficcional.

Assim, por exemplo, os tipos descritivo, dissertativo, injuntivo e narrativo se caracterizam pela perspectiva do produtor do texto em relação ao objeto do dizer quanto ao saber/conhecer ou fazer/acontecer e sua inserção ou não no tempo e/ou no espaço. Já o texto ser argumentativo *stricto sensu* ou argumentativo não *stricto sensu* vem da perspectiva do produtor dada pela imagem que ele faz de seu interlocutor como alguém que concorda com ele ou não. O que temos na distinção entre textos do mundo narrado ou do mundo comentado, segundo Weinrich (1968), é a perspectiva comunicativa de comprometimento ou não comprometimento com o que é dito.

O subtipo³ se caracteriza e pode ser identificado por ser uma categoria de texto que, na verdade, é um tipo, mas não um tipo independente, e sim um tipo que é variedade de um tipo caracterizado por uma perspectiva única em que os subtipos se encaixam, mas estes se distinguem por alguns fatores que devem ser identificados em cada caso de um tipo que tem subtipos.

O tipo injuntivo se caracteriza por termos o enunciador na perspectiva do fazer posterior ao tempo da enunciação, com o objetivo de dizer-se a ação requerida, desejada, dizer-se o que e/ou como

fazer; incitando-se à realização de uma situação. (TRAVAGLIA, 1991). Com o injuntivo instaura-se o interlocutor como aquele que realiza aquilo que se requer, ou se determina que seja feito, aquilo que se deseja que seja feito ou aconteça. O injuntivo apresenta as seguintes variedades ou subtipos: ordem, pedido, súplica, conselho, prescrição e opção.⁴ Em Travaglia (1991) propusemos que alguns traços seriam capazes de ajudar a distinguir os subtipos do injuntivo e eles se realizariam como especificado no Quadro 1. Os traços são:

- a) cada subtipo representa um ato de fala diferente, uma força ilocucionária distinta;
- b) na interação, as formações imaginárias do locutor sobre si e o alocutário variam em termos de hierarquia;
- c) a quem a realização da situação beneficia ou prejudica: locutor ou alocutário;
- d) quem é responsável pela realização da situação: locutor ou alocutário;
- e) o ato de fala implica que grau de polidez, preservando ou não a face⁵ do locutor e alocutário. (TRAVAGLIA, 1991, p. 48).

Como se pode observar, as características básicas do injuntivo aparecem em todos os seus subtipos, mas eles se distinguem por uma série de traços.

A súplica é uma variedade do pedido em que o locutor/enunciador se coloca como extremamente necessitado, como uma estratégia para “coagir” o alocutário/enunciatário a realizar o que solicita. Pode-se dizer uma estratégia argumentativa pelo apelo desbragado à emoção.

Quadro 1

	Ato de fala	Formação imaginária em termos de hierarquia	Beneficiado	Responsável pela realização da situação	Grau de polidez
Ordem	Determina um fazer	Locutor considera-se como superior ao alocutário na organização social	Locutor ou Alocutário	Alocutário	- Polidez
Pedido/ Súplica	Solicita a realização de uma situação	Locutor se vê como igual ou inferior ao alocutário na organização social	Locutor	Alocutário	+ Polidez
Conselho	Diz qual/como é o melhor fazer	Locutor considera-se com maior experiência que o alocutário	Alocutário	Alocutário	+ Polidez
Prescrição	Ensina fazer ou determina uma forma de fazer	Locutor considera-se com maior saber que o alocutário	Alocutário	Alocutário	Neutro
Opção	Deseja a realização de uma situação	Locutor se vê sem possibilidade de determinar a realização da situação	Locutor ou Alocutário ou ambos	Nem alocutário, nem locutor	+ ou - Polidez (conforme o que se deseja para quem)

Fonte: TRAVAGLIA, 1991, p. 49.

O tipo dissertativo se caracteriza por ter o enunciador na perspectiva do conhecer, abstraindo-se do tempo e do espaço, com o objetivo do enunciador de buscar o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar, expor ideias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações. Assim, instaura-se o interlocutor como ser pensante, que raciocina. O dissertativo apresenta as seguintes variedades ou subtipos: o expositivo e o explicativo.

O expositivo trabalha a apresentação textual de diferentes formas dos saberes (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004) sem qualquer contraposição (o que levaria à argumentação, com sustentação, refutação e negociação de tomadas de posição no dizer de Dolz e Schneuwly), nem qualquer problematização (o que vai acontecer no explicativo). Portanto, o expositivo é a apresentação de um saber/

conhecer de forma consensual e lógica. (TRAVAGLIA, 2009).

Já o explicativo, proposto e trabalhado mais detidamente por Adam (1993) como uma das formas de sequência e encampado integralmente por Bronckart (2003) como uma manifestação textual do discurso teórico, apresenta um ponto incontestável do conhecer/saber que é, todavia, problematizado, exigindo uma resolução ou explicação seguida de uma conclusão e avaliação do problema posto. Assim, segundo Adam (1993) e Bronckart (2003), o raciocínio explicativo prototípico geralmente se apresenta em quatro fases:

- a) a fase de constatação inicial, que introduz um fenômeno não contestável (objeto, situação, acontecimento, ação, etc.);
- b) a fase de problematização, em que é explicitada uma questão

da ordem do porquê ou do como, eventualmente associada a um enunciado de contradição aparente;

- c) a fase de resolução (ou de *explicação* propriamente dita), que introduz os elementos de informações suplementares capazes de responder às questões colocadas;
- d) a fase de conclusão-avaliação, que reformula e completa eventualmente a constatação inicial.

Essas fases podem se realizar em formas de extensão e complexidade muito variáveis.

O gênero é identificado e se caracteriza por exercer uma função social específica de natureza comunicativa. Os gêneros representam um pré-acordo sobre como agir na sociedade. São eles que existem e circulam na sociedade, enquanto textos. Exemplos de gêneros: romance, novela, conto, fábula, apólogo, parábola, mito, lenda, caso, biografia, piada, notícia, certidão, atestado, mandado, procuração, artigo, tese, dissertação, resenha, tragédia, comédia, drama, farsa, auto, esquete, edital, convite, prece, oratório

(sermão, discurso, etc.), didático, contrato, correspondência.

A espécie é identificada e se caracteriza por aspectos formais de estrutura (inclusive superestrutura) e da superfície linguística e/ou por aspectos de conteúdo.

Exemplos de espécies:

- a) história e não-história (espécies do tipo narrativo);
- b) textos em prosa e textos em verso;
- c) históricos, psicológicos, regionalistas, indianistas, fantásticos, de ficção científica, de capa e espada, policiais, eróticos, autobiográficos, etc. (para romances ou contos);
- d) carta, telegrama, ofício, memorando, bilhete, etc. (espécies do gênero correspondência /epistolar);
- e) epitalâmio, ditirambo, elegia, écloga, idílio, acróstico, soneto, balada, haicai (espécies do tipo lírico).

Os esquemas 1 e 2 abaixo (tomados a Travaglia, [2003]/2007) permitem perceber melhor como tipos/subtipos, gêneros e espécies se inter-relacionam.

Relações entre os tipos na composição dos gêneros⁶

Ao analisar os diferentes tipelementos, pode-se observar que mantêm entre si as relações já indicadas e mais o especificado a seguir.

Os gêneros são compostos por tipos (ou subtipos) e espécies, daí a importância dos tipos, que são fundamentais na constituição dos gêneros. Nessa pesquisa com horizontalização constatamos que os tipos fundamentais na composição dos gêneros são o descritivo, o dissertativo, o injuntivo, o narrativo e o argumentativo *stricto sensu*,⁷ porque estes tipos é que compõem todos os gêneros estudados até o momento.

Eventualmente, algum gênero entra na composição de outro, não necessariamente em muitos casos, mas em outros necessariamente. Exemplos:

- a) não necessariamente: carta em um romance;
- b) necessariamente: alguns gêneros em uma missa: prece, homilia / sermão, passagens bíblicas (com seu gênero), etc.

Ao compor os gêneros os tipos podem estabelecer entre si as seguintes relações (TRAVAGLIA, 2007b):

- 1) cruzamento de tipos ou fusão de tipos de diferentes tipologias. Neste caso as características de diferentes tipos de textos se “somam” no mesmo espaço de texto, ou seja, na mesma sequência linguística. É o que acontece, por exemplo, na

piada, no esquete, na farsa e na comédia, em que se têm o narrativo e o humorístico fundidos, ou no editorial de jornal, em que se têm o dissertativo e o argumentativo fundidos. Nestes casos a fusão é obrigatória e, portanto, característica dos gêneros. O humorístico funde-se não necessariamente ao narrativo em alguns romances, contos e novelas e, portanto, não caracteriza tais gêneros.

No soneto abaixo temos o cruzamento dos tipos “narrativo”, “preditivo”, “lírico” e “literário” e das espécies “não história”, “soneto” e “em verso”.

Soneto

Guilherme de Almeida
Quando as folhas caírem nos caminhos,
Ao sentimentalismo do sol poente,
Nós dois iremos vagarosamente
De braços dados, como dois velhinhos.

E que dirá de nós toda esta gente
Quando passarmos mudos e juntinhos?
– Como se amaram esses coitadinhos?
Como ela vai, como ele vai contente!

E por onde eu passar e tu passares,
Hão de seguir-nos todos os olhares
E debruçar-se as flores nos barrancos...

E por nós na tristeza do sol posto,
Hão de falar as rugas do meu rosto
E não de falar os teus cabelos brancos!

(Nós, soneto XIX, São Paulo: Livraria Martins, 1955).

- 2) Conjugação de tipos diferentes da mesma tipologia. Neste caso os tipos aparecem em trechos diferentes do mesmo texto, não

ocupando, portanto, o mesmo espaço textual, como no cruzamento ou fusão. A conjugação acontece de modos diversos, se considerarmos que a presença do tipo no gênero é obrigatória (necessária) e se o tipo é o dominante ou não, isto é, se os outros aparecem “subordinados” a ele no funcionamento textual-discursivo.

A) Quanto à obrigatoriedade, podemos ter duas situações:

- a) um ou mais tipos aparecem obrigatoriamente, necessariamente compondo o gênero, o que funciona como uma característica do gênero que apresentará sempre entre suas características as do tipo que obrigatoriamente entra em sua composição. É o caso do narrativo nos romances, contos, novelas, piadas, etc.;
- b) não há nenhum tipo de texto que é obrigatório na composição do texto. É o caso da carta.

B) Quanto à dominância, podemos também ter três situações:

- a) entre os tipos conjugados há um dominante que é obrigatório, necessário (é o que acontece no romance, no conto e na novela, em que o narrativo sempre aparece e sempre é o dominante);
- b) há um tipo que pode ser dominante, mas não é obrigatório na composição do gênero (exemplo da carta, em que

nenhum tipo é obrigatório para que esta categoria de texto exista);

- c) os tipos se conjugam obrigatoriamente na composição do gênero, mas nenhum nunca é dominante (exemplo da bula, que obrigatoriamente tem a descrição, a dissertação, a injunção e narração conjugadas, mas em que nenhum tipo é dominante).

- 1) Pode haver um intercâmbio de tipos. Isto ocorre quando em uma situação de interação se deveria ter uma categoria de texto apropriada para um dado modo de interação, mas é usado uma outra categoria de texto, geralmente se criando um efeito de sentido desejável por alguma razão. É o caso, por exemplo, quando em uma dada situação alguém usa o texto (1a) (uma descrição) quando deveria usar (1b), uma injunção, porque seu objetivo é obter um copo de água.

(1) a - Minha boca está seca.

b - Você me arruma um copo d'água, por favor.

- 2) A caracterização de uma categoria de texto se faz basicamente por cinco parâmetros (BAHKTIN, 1992, que propõe os três primeiros, e TRAVAGLIA, 2007c):
 - a) o conteúdo temático;
 - b) a estrutura composicional;
 - c) o estilo: características linguísticas da superfície textual;
 - d) o objetivo / funções;
 - e) as condições de produção.

O suporte pode ser também um parâmetro que ajuda em alguns casos.

Essa visão mais ampla de um quadro de categorias de texto, em que se registra que elas se dividem em diferentes tipos/elementos e como estes se relacionam na constituição dos textos, nos permite no estudo mais verticalizado e monográfico de categorias específicas, sobretudo dos gêneros, não atribuir uma característica como exclusiva e distintiva de um gênero quando, na verdade, ela é compartilhada com outros em virtude da atuação de tipos/subtipos e espécies na composição dos gêneros.

No Quadro 2⁸ apresentamos exemplos de gêneros necessariamente compostos por determinados tipos como dominantes e que, portanto, terão as características desses tipos compartilhadas, o que não pode ser ignorado no momento de distin-

guir esses gêneros, pois alguém que não tenha uma visão horizontal, mais abrangente do campo, pode supor e apresentar tais características como distintivas do gênero. Certamente o serão se considerarmos um grupo de gêneros narrativos em oposição, por exemplo, a grupo de gêneros dissertativos ou injuntivos, mas não o serão se considerarmos a distinção entre gêneros narrativos. Tudo isso nos obriga, ao buscarmos a caracterização de gêneros específicos, a verticalizar, a aprofundar a percepção de características para além daquelas que são do gênero, mas são compartilhadas com outros gêneros em razão de serem todos compostos pelos mesmos tipos/subtipos e espécies. É o que pretendemos mostrar a seguir com os trabalhos de Arantes (2006 e 2008) e Parreira (2006 e 2008).

Quadro 2: Gêneros necessariamente compostos por um tipo

Tipo	Exemplos de gêneros necessariamente compostos por um tipo em termos de dominância
Descritivo	Até 2003, não observáramos nenhum gênero necessariamente descritivo. Atualmente incluímos a qualificação ⁹ e o classificado. ¹⁰
Dissertativo	Tese, dissertação de mestrado, artigo acadêmico-científico, editorial de jornal, monografia, conferência, artigo de divulgação científica, etc.
Injuntivo	Mensagem religioso-doutrinária, instruções, manuais de uso e/ou montagem de aparelhos e outros, receitas de cozinha e receitas médicas, textos de orientação comportamental (ex.: como dirigir), etc.
Narrativo	Atas, notícias, romances, novelas (literárias, de rádio e TV), contos, contos de fadas, fábulas, apólogos, parábolas, mitos, lendas, anedotas, piadas, fofoca, caso, biografia, epopéia, poema heróico, poema burlesco, etc. Podem ser incluídos aqui os gêneros em que há fusão com o tipo dramático (as peças de teatro): comédia, tragédia, drama, farsa, auto, esquete, ópera, vaudeville, etc.
Preditivo	Boletins meteorológicos e astronômicos, profecias, programas de eventos ou viagens; etc.
Humorístico	Piada, comédia, farsa, esquete humorístico, etc.
Lírico	Espécies: ¹¹ Soneto, madrigal, ditirambo, elegia, poemas bucólicos (écloga, idílio), haicai, ode, acróstico, balada, epitalâmio, hino, vilancete, acalanto, barcarola, canto real, trova.

Dois estudos que consideramos verticais são os de Arantes (2006 e 2008) e Parreira (2006).

Arantes (2006 e 2008), diante da proximidade do apólogo, da fábula e da parábola, três gêneros narrativos em cruzamento com o argumentativo *stricto sensu*, muito próximos em suas características, inclusive pelo objetivo de natureza pedagógico doutrinária, “que é levar os alocutários a um dado tipo de comportamento ou atitude frente aos fatos da vida” (ARANTES, 2008, p. 193), se propôs buscar a distinção dos mesmos.

Os três gêneros, como dito, com cruzamento ou fusão de narrativo e argumentativo *stricto sensu* e um mesmo objetivo básico, geralmente eram distinguidos na literatura pelo tipo de personagem: apólogos: objetos ou seres inanimados; fábulas: animais e parábolas: seres humanos.

Esta característica se revelou uma tendência, mas não uma característica distintiva, pois no *corpus*,¹² contrariamente ao geralmente proposto, nos apólogos apenas 60% tinham como personagem objetos ou seres inanimados; em 71% das fábulas os personagens eram animais e apenas 72% das parábolas tinham como personagens os seres humanos. Nos três gêneros, Arantes encontrou os três tipos de personagens.

Arantes (2006 e 2008) vai encontrar a distinção destes gêneros em diferenças de realização da superestrutura da narrativa da espécie história, proposta por Travaglia (1991) e no processo de argumentação que concretiza o argumentativo *stricto sensu*.

Quanto à realização da superestrutura narrativa, Arantes (2008) apresenta os seguintes dados:¹³

Tabela 2:¹⁴ Categorias da superestrutura narrativa

Gêneros Categorias da superestrutura narrativa			Apólogo X / 20		Fábula X / 30		Parábola X / 30	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Introdução	Anúncio		-		-		-	
	Resumo		-		-		-	
Orientação	Cenário, contexto ou situação		20	100	29	96,7	29	96,7
	Orientação propriamente dita		20	100	26	86,6	30	100
Trama ou ação	Complicação		20	100	30	100	30	100
	Resolução		20	100	30	100	30	100
	Resultado	Estado	10	50	3	10	2	6,7
		Evento	6	30	10	33,3	23	76,7
		Reação verbal	4	20	17	56,7	5	16,7
Comentário	Avaliação		10	50	9	30	19	63,3
	Expectativa		-		1	3,3	-	
	Explicação		2	10	17	56,7	4	13,3
Epílogo	Coda		-		-		-	
	Moral		2	10	4	13,3	1	3,3
	Fecho		-		-		-	

Fonte: ARANTES, 2008, p. 201.

Arantes (2008) resume assim os resultados relativos à estrutura narrativa que se pode ver na Tabela 2:

De acordo com os resultados encontrados na análise da superestrutura dos gêneros **apólogo**, **fábula** e **parábola**, comprovamos que eles têm em comum o fato de estarem sempre necessariamente vinculados ou constituídos pelo tipo narrativo e pela es-

pécie história. (TRAVAGLIA, 2002). Como superestrutura narrativa, eles não apresentam introdução (anúncio e/ou resumo), apresentam cenário, contexto ou situação (quase de forma unânime). A trama ou ação aparece em 100% dos casos, sendo esta fundamental para caracterizá-los como narrativas, na perspectiva de estrutura superficial, a qual serve como argumento para uma conclusão. Porém, dentro dessa categoria,

verificamos que esses gêneros se distinguem pelo elemento **resultados**. No **apólogo** há maior ocorrência de *estado*, na **fábula**, há predominância da *reação verbal*, enquanto na **parábola** predomina o *evento*.

Os três gêneros também se diferenciam na categoria **comentários**. No **apólogo** predomina a *avaliação*, às vezes por meio da fala do narrador; às vezes na fala do personagem; na **fábula** há maior ocorrência de *explicação*, quase sempre por meio do produtor do texto; e na **parábola** predomina também a *avaliação* por meio do narrador.

Com relação à *conclusão*, pelo que observamos na análise, é o elemento em que culmina o caráter argumentativo “*stricto sensu*” dos gêneros apólogo, fábula e parábola, e raramente se apresenta explicitamente em forma de moral, nem mesmo nas fábulas como era de se esperar, conforme conceitos apresentados para caracterizar esse gênero na teoria didática literária. O que ocorre é que essa categoria, a *conclusão*, pode apresentar-se implícita quer na trama, nos resultados ou nos comentários, sendo, portanto, necessária a participação do leitor (público alvo) para recuperá-la, tendo em vista a função sócio-comunicativa desses gêneros. (ARANTES, 2008, p. 207-208).

Quanto aos fatos relacionados à argumentação narrativa, Arantes (2008) registra conclusões e dados relativos a dois aspectos: a) o objeto de acordo – base para a argumentação; b) os tipos de argumentos utilizados.

No que diz respeito ao objeto de acordo – base para a argumentação, Arantes (2008) apresenta os dados da Tabela 3 e resume assim os resultados relativos aos objetos de acordo que se pode ver na nesta tabela:

De acordo com os dados analisados, há semelhanças e diferenças significativas entre os gêneros apólogo, fábula e parábola quanto aos tipos de acordos que fundamentam o processo argumentativo. Nos **apólogos**, a base dos acordos está na categoria relativa ao preferível, em que 16 textos (80%) apesar de veicularem valores de ordem universal, têm como alvo um auditório particular, uma vez que são usados em situações específicas e/ou para público específico. Assim como nos apólogos, a base dos acordos nas **fábulas** também está na categoria do preferível com 17 textos (56,67%), sobretudo em *valores* 12 textos (40%), no lugar da *essência* com 8 textos (26,7%). Esses dados nos revelam que o acordo com base na categoria relativa ao preferível fundamentado em valores é um aspecto de *semelhança* entre os gêneros apólogo e fábula, responsável por aproximá-los, sendo talvez esse um dos motivos dos apólogos, às vezes, serem denominados de fábulas. A **parábola** se distingue do apólogo e da fábula no tipo de acordo ao apresentar 29 textos (96,7%) fundamentados na categoria relativa ao real, com base, sobretudo em *verdades*, tendo como alvo um auditório universal. (ARANTES, 2008, p. 213-214).

Tabela 3: Tipos de objeto de acordo. Legenda: Cat. = categoria / H. = hierarquia / L. Qual. = Lugar da Qualidade / L. Quant. = Lugar da Quantidade

Tipos de acordo \ Gêneros			Apólogo		Fábula		Parábola	
			X / 20		X / 30		X / 30	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cat. Relat. Real	Fatos		-		-		6	20
	Verdades		4	20	13	43,33	23	76,7
	Presunção		-		-		-	
Cat. Relat. ao preferível	Valores	L. Quant.	Essência		-		3	10
			Existente		1	5	1	3,33
			Ordem		-		-	
			Pessoa		-		-	
	H. valores	L. Qual.	Essência		15	75	5	16,65
			Existente		-		2	6,65
			Ordem		-		-	
			Pessoa		-		1	3,33
		L. Quant.	Essência		-		1	3,3
			Existente		-		-	
			Ordem		-		2	6,65
			Pessoa		-		-	
		L. Qual.	Essência		-		1	3,33
			Existente		-		-	
			Ordem		-		2	6,65
			Pessoa		-		-	

Fonte: ARANTES, 2008, p. 210.

A autora continua seu resumo sobre os objetos de acordo:

Verificamos que os acordos na **parábola** são mantidos na *estrutura do real*, sobretudo por *verdades*, mas que nem sempre

visam um auditório universal, são verdades construídas pela sociedade em um determinado tempo e lugar, baseadas em *fatos* e de acordo com as *ideologias*, podendo assim, também estarem voltadas para um auditório particular. No **apólogo** e na **fábula**,

o ponto de acordo se estrutura com base no preferível, sobretudo *valores*, visando mais especificamente um público particular, ressaltando assim, por meio de virtudes, valores aceitos por um determinado grupo social, num determinado espaço e/ou época. No entanto, enquanto que no apólogo há a *oposição entre valores*, como em A agulha e a linha, em que o eventual se opõe ao duradouro, na fábula há uma *explicitação de um*

único valor, que, para o grupo, torna-se um valor de verdade, como em “O lobo e o cordeiro”, cujo valor posto é a justiça. (ARANTES, 2008, p. 221).

No que diz respeito aos tipos de argumentos ou técnicas argumentativas, Arantes (2008) apresenta os seguintes dados.

Tabela 4: Tipos de argumentos. Legenda: Contr. e Incomp. = Contradição e incompatibilidade / Ident. e Def. = Identidade e Definição / Analit. Análi. e Taut = Analiticidade, Análise e Tautologia / Lig. = Ligações

Tipos de argumentos \ Gêneros		Apólogo		Fábula		Parábola	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Argumentos Quase-Lógicos	Contr. e incomp.	-		-		1	3,3
	Ridículo	-		1	3,3	-	
	Ident. e def.	-		-		1	3,3
	Analit. Análi. e Taut.	-		-		-	
	Justiça	-		1	3,3	2	6,7
	Reciprocidade	-		1	3,3	2	6,7
	Transitividade	-		-		1	3,3
Argumentos Baseados na Estrutura do Real	Comparação	16	80	2	6,7	2	6,7
	Sacrifício	3	15	1	3,3	-	
	Ligações de Sucessão	Pragmático	1	5	8	26,7	-
		Desperdício	-	1	3,3	-	
		Direção	-	-		-	
		Superação	-	1	3,3	-	
	Lig. de Coexistência Coex.	Autoridade	-	3	10	-	
	Ligações que fundamentam a Estrutura do Real	Exemplo	-	22	73,3	3	10
		Ilustração	-	-		-	
		Modelo	-	-		-	
		Antimodelo	-	1	3,3	-	
		Analogia	-	1	3,3	17	56,7
		Metáfora	-	-		1	3,3

Fonte: ARANTES, 2008, p. 216.

Obs.: Com relação ao gênero fábula, queremos esclarecer que alguns textos, além de apresentarem argumentos que compõem as Ligações que fundamentam a Estrutura do Real, também apresentaram argumentos das Ligações de Coexistência e de Sucessão. A presença de mais de um tipo de argumento nas fábulas justifica a soma das porcentagens ultrapassar 100%.

Arantes (2008) resume assim os resultados relativos aos tipos de argumento que se podem ver na Tabela 4:

Pelos resultados apresentados na tabela 4 e, posteriormente na análise dos resultados, os gêneros apólogo, fábula e parábola apresentam em comum a argumentação na estrutura do real. No entanto, dentro dessa estrutura, eles se distinguem pelos argumentos que os fundamentam. Nos **apólogos**, a argumentação ocorre, principalmente, por meio da comparação. Nas **fábulas**, a argumentação fundamenta-se, principalmente no exemplo, com argumentos especificados pelas ligações de sucessão e pelas ligações de coexistência, sobretudo pelo argumento pragmático. Já nas **parábolas**, há uma ocorrência maior de argumentos por analogia, argumento esse que também fundamenta a estrutura do real, mas não ocorre como nas fábulas, uma especificação da argumentação nas ligações de sucessão e de coexistência, pois não há como nelas uma ligação entre as ações dos personagens na trama interna, uma vez que a analogia se constrói com elementos da exterioridade. (ARANTES, 2008, p. 221).

O segundo estudo vertical que queremos lembrar é o de Parreira (2006 e 2008). Parreira realizou um estudo sobre o uso de operadores argumentativos e de tipos de argumentos (ou técnicas argumentativas) no gênero editorial de jornal, utilizando um *corpus* de 78 editoriais de três jornais diferentes da região Sudeste, para evitar um viés de estilo: *Folha de S. Paulo* (27), *Estado de Minas* (25) e *O Globo* (26). Seu objetivo era verificar como acontecia o uso de operadores argumentativos na construção dos editoriais de jornal, um gênero necessariamente composto pelos tipos dissertativo e argumentativo *stricto sensu* em cruzamento ou fusão e, em segundo

lugar, verificar os tipos de argumentos mais usados e se mantinham ou não uma relação com os operadores.

Parreira (2006) faz um levantamento de todos os operadores argumentativos usados no *corpus*, classifica-os por função e constata que as duas funções fundamentais dos operadores nos editoriais são:

- a) acrescentar argumentos a favor de uma dada tese;
- b) contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias a uma determinada tese.

Nos 78 editoriais analisados encontrou 1.104 operadores argumentativos, que ficaram distribuídos em 27 faixas de acordo com o número de ocorrências e que a autora agrupou em três faixas de frequência, conforme especificado abaixo.

- 1) de 28 até 107 ocorrências = frequência alta
 - 2) de 12 até 23 ocorrências = frequência média
 - 3) de 1 até 09 ocorrências = frequência baixa
- As porcentagens oscilaram, respectivamente, entre:
- 1) de 2,530% até 9,690% = frequência alta
 - 2) de 1,087% até 2,080% = frequência média
 - 3) de 0,091% até 0,815% = frequência baixa.
- (PARREIRA, 2008, p. 275).

Parreira (2006) registra 19 funções para os marcadores conversacionais, quais marcadores apresentam cada função e a frequência de cada um, das quais duas são as mais frequentes. Além disso, estuda quais foram os tipos de argumentos mais usados nos editoriais

e cruza os tipos de argumentos com os operadores argumentativos que os introduzem. Tudo isso configura uma verticalização que explicita como os operadores argumentativos e os tipos de

argumentos configuram a argumentação nos editoriais de jornal.

As funções encontradas por Parreira (2006, 2008), com as frequências totais para os grupos de operadores, são:

	Função	Frequência
1)	Introduzir um argumento apresentado como acréscimo, quando há duas escalas (ou mais) orientadas no mesmo sentido, um argumento a favor de uma determinada conclusão ou para marcar tempo	244/1104 (22,10%)
2	Assinalar o argumento mais forte ou o mais fraco para uma conclusão	71/1104 (6,43%)
3	Assinalar uma oposição	166/1104 (15,04%)
4	Introduzir um esclarecimento	12/1104 (1,09%)
5	Apontar uma conclusão a argumentos apresentados anteriormente	46/1104 (4,17%)
6	Introduzir uma justificativa ou explicação para o que foi dito antes	60/1104 (5,43%)
7	Introduzir argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas	05 (0,45%)
8	Estabelecer relações de comparação entre elementos, tendo em vista uma conclusão	89 (8,06%)
9	Apontar ou uma afirmação de totalidade ou uma negação total	79 (7,16%)
10	Reafirmar o que foi dito	11 (1,00%)
11	Explicitar um juízo de valor	04 (0,36%)
12	Marcar mudança de estado, tempo ou introduzir no enunciado conteúdos pressupostos	68 (6,16%)
13	Marcar condição	53 (4,80%)
14	Esclarecer ou confirmar um ato de asserção (anterior ou posterior)	61 (5,53%)
15	Exemplificar	05 (0,45%)
16	Expressar relação de concessão	37 (3,35%)
17	Expressar relação de conformidade	21 (1,90%)
18	Estabelecer relação de proporção	45 (4,08%)
19	Realçar o enunciado	27 (2,44%)
	Total	1104 – 100%

A autora conclui dizendo:

Comprovamos ser freqüente o uso de operadores argumentativos em editoriais de jornal (média de 14,153 operadores por editorial). Em todos os editoriais analisados, verificamos que o grupo de operadores argumentativos mais usados em todo o **corpus** (além disso, ainda mais, além de, e mais, e, também, nem, nem mesmo, ademais, não apenas ... mas, não apenas ... mas também, e não só porque ... mas também, não só ... mas também, sobretudo, e também, além, mais uma vez, mais ainda, aliás, ainda, e ainda) tem por função introduzir um argumento apresentado como acréscimo, um argumento a favor de uma determinada conclusão ou marcar tempo. Esse grupo equivale a 22,10% de todas as funções detectadas. Verificamos que quando são usados, esses operadores chamam a atenção do leitor para determinado tópico do texto, induzindo-o à persuasão.

Constatamos que o segundo grupo de operadores argumentativos mais incidente nos enunciados que analisamos (**mas, mais ainda, mas também, entretanto, porém, contudo, todavia, do contrário, no entanto, agora, ao contrário**) exerce como função contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias. Essa função representa 15,04% do total. Há um outro grupo de operadores que tem por função exprimir relação de concessão e que foi usado nos editoriais com freqüência baixa (3,35%). Entretanto, é interessante notar que seu funcionamento é semelhante ao do grupo do **mas**. Estes operadores são: **embora, mesmo que, apesar de, ainda que e também** opõem argumentos que orientam para conclusões contrárias, só que utilizam uma forma de argumentar diferente: a estratégia de antecipação.

Verificamos também que, dependendo da situação e do contexto da comunicação, os operadores **e, também, ainda, mas, como e já** figuram nos editoriais com funções distintas das que lhes são habitualmente atribuídas por estudos lingüísticos. (PARREIRA, 2008, p. 295-296).

Dessa forma, de acordo com as funções mais freqüentes encontradas, as estratégias básicas da argumentação dos editoriais analisados (num total de 40,49% dos casos) são:

a) introduzir um argumento apresentado como acréscimo, um argumento a favor de uma determinada conclusão ou para marcar tempo, o que se justifica pela necessidade de sustentar sua tese (22,10%);

b) contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias, isso porque os editoriais apresentam o posicionamento do jornal como sendo o mais lógico possível, o que se justifica pela necessidade de invalidar teses de outras com as quais não concorda ou de contra-argumentar (15,04% + 3,35% = 18,39%). (PARREIRA, 2008, p. 284).

O detalhamento da pesquisa nesses aspectos é bem grande e limitar-nos-emos aqui apenas a registrar uma das conclusões sobre os tipos de argumentos utilizados, como importantes na caracterização dos editoriais. Parreira registra:

Como podemos observar, a análise da Tabela 5 evidencia os quatro tipos de argumentos mais usados: **pragmático, por ilustração, por definição e por compatibilidade/incompatibilidade**. Juntos, eles são responsáveis pela quase totalidade dos argumentos usados (94,89%). Restam apenas 5,11% para todos os outros tipos de argumento. Isso parece ser bastante significativo quando se trata de caracterizar os editoriais enquanto gênero de base argumentativa. (PARREIRA, 2008, p. 294).

Em sua Tabela 5, Parreira (2008) registra as seguintes porcentagens para os tipos de argumentos mais usados: a) pragmático: 51%; b) ilustração: 25,3%; c) compatibilidade / incompatibilidade: 11,7%; d) definição: 6,8%. Em razão das porcentagens de argumentos pragmáticos e por ilustração, conclui que “o

posicionamento do editorialista revela um raciocínio concebido em função, sobretudo, de suas conseqüências e de fatos que ilustram proposições gerais”. (p. 294).

Como se pode ver nos textos de Arantes e Parreira, no estudo dos gêneros que focam, elas se valem do quadro geral anteriormente estabelecido por Travaglia e, partindo destes, são capazes de verticalizar, fazendo uma caracterização que realmente distingue os gêneros estudados de outros.

O leitor ainda pode ver outros exemplos de horizontalização sobre o estudo dos gêneros em: a) Pimenta (2007), que faz um levantamento e caracterização básica dos gêneros forenses, levantando 130 gêneros dessa esfera de ação de social ou comunidade discursiva. Após este levantamento horizontal, verticaliza ao estudar quais dos gêneros levantados nos processos penais afetam mais diretamente a sentença do juiz; b) Silva (2007), que levanta os diversos gêneros jornalísticos presentes nos jornais, segundo critérios que excluem gêneros que, embora publicados nos jornais, não seriam jornalísticos (como, por exemplo, balanços de empresas e editais de instituições em geral) e, em seguida, caracteriza cada um. Silva verticaliza ao caracterizar mais detidamente a notícia, propondo que há vários tipos de notícias e caracterizando cada um.

São exemplos de verticalização os estudos de: a) Lellis (2008), que realiza um estudo bastante verticalizado na

caracterização dos acórdãos jurídicos dos tribunais superiores, caracterizando-os como injuntivos em sua natureza básica e como eles funcionam em relação a uma boa variedade de parâmetros; b) Freitas (1997), que caracteriza os folhetos turísticos de hotéis, por meio de uma análise profunda de seu léxico e comparando os folhetos brasileiros com os dos Estados Unidos da América e da Inglaterra, evidenciando semelhanças e diferenças do mesmo gênero em diferentes sociedades.

Considerações finais

Esperamos que os exemplos apresentados ou disponibilizados possam ter deixado claro o que estamos entendendo por horizontalização e verticalização na pesquisa linguística e como os dois modos de pesquisar são igualmente necessários. A horizontalização pode se dar pela forma de levantamentos amplos tanto pela quantidade dos fatos ou aspectos estudados como pela extensão do material linguístico que se observa. A verticalização sempre acontece quando tomamos um fato ou fenômeno e o descrevemos em detalhe, usando ou não mais de uma perspectiva de análise, mas sempre buscando o máximo de elementos caracterizadores e/ou explicativos de tal fato.

É preciso dizer que, com uma frequência maior que o desejável, observa-se na academia um certo preconceito contra os trabalhos horizontais em contraposição

aos verticais, porque seriam menos profundos. O objetivo neste trabalho é justamente mostrar o valor dos dois tipos de trabalhos e que um levantamento amplo e o estabelecimento de um quadro mais amplo em que muitos fatos se encaixam e se interrelacionam são válidos por mais de uma razão. Destacamos duas: a primeira seria o fato de o estudo horizontal estabelecer um campo de estudos, possibilitando o surgimento de numerosos trabalhos verticais; a segunda é o fato de o estudo horizontal, que mostra o encaixe de um fato em um campo e sua inter-relação com os demais fatos do mesmo campo ou de campos limítrofes, ajudar o pesquisador a não incorrer em equívocos em suas descrições e explicações, porque lhe permite estabelecer com maior clareza o que é geral e o que é particular em um dado fato em estudo.

Talvez estejamos explicitando o “óbvio ululante”, mas achamos necessário falar dessas duas possibilidades na pesquisa lingüística, e creio que também em outras áreas, sobretudo para enfatizar seu igual valor e contribuir para que a academia não trate como de segunda classe trabalhos em que predomina a horizontalização, que com muita frequência são responsáveis pelo surgimento de teorias que permitem os muitos trabalhos mais específicos ou verticais.

Finalmente, convém ressaltar que os dois modos de trabalho podem andar juntos num projeto de pesquisa mais programático, ou seja, numa pesquisa sobre determinado fato pode-se, em determi-

nados momentos, adotar uma atitude de horizontalização e, em outros, uma atitude de verticalização, o que representa, parece-nos, um ideal no trabalho de pesquisa, pelas vantagens de cada modo de trabalhar em si e pelas vantagens na correlação entre os dois que esperamos ter evidenciado.

Horizontalization and verticalization in linguistic research – two cases: the classification and characterization of texts and the grammaticalization of verbs

Abstract

Starting from the verification that there are two ways of accomplishment of linguistic researches due to the extension of the field of study, which are nominated horizontalization and verticalization, the objectives in this article are: a) to configure the two ways of work in the linguistic research and b) to propose and to demonstrate that the two ways of accomplishing research are necessary and complementary and that to work in just one way can be harmful to the development of linguistic knowledge and can also lead to some problems that we think should be avoided, for reliability of the research

results. To reach those objectives the two research ways – horizontalization and verticalization – are conceptualized and some relative questions to the *corpora* constitution in the two ways of working in the research linguistics are discussed. It is proposed that horizontalization and verticalization should walk together in the research process, because one without the other will always leave an incomplete knowledge, and the verticalization without the horizontalization can drive to misunderstandings, due to a very localized vision of the facts. Through two examples related to the study of the “gramaticalization of verbs” and of the “classification and characterization of texts” we evidence what are the two ways of working, the validity and the need of those two and, finally, that it is necessary to value the two work types equally, opposing to a prejudice against the most horizontal studies, not always made explicit, but in a certain way current in the academia.

Key words: Linguistic research. Gramaticalization of verbs. Classification and characterization of texts.

Notas

- ¹ Estes aspectos estão sendo tomados de acordo com o quadro de aspectos e a conceituação propostos por Travaglia (1981).
- ² Estamos usando o termo “situação” como um superordenado para indicar todos os tipos de processos que podem ser indicados pelos verbos: ações (comprar, estudar, beber, etc.), fatos (cair, morrer, etc.), fenômenos (ventar, chover, etc.), constantes (ter, etc.), localizadores (ficar, estar em, etc.) es-

tados (verbo de ligação + nome: ser, estar, andar, parecer, etc.) (Cf. a classificação de verbos proposta por Travaglia, 1981 e 1991).

- ³ Toda a exposição sobre subtipos apresentada aqui é tomada de Travaglia (2009).
- ⁴ Não vamos apresentar exemplos dessas categorias de texto, tendo em vista que são bastante conhecidas.
- ⁵ Ver Marcuschi (1987, p. 3-4).
- ⁶ Ver Travaglia (2007b).
- ⁷ Não referimos o argumentativo não *stricto sensu*, uma vez que se sabe que a argumentação *lato sensu* aparece em todo e qualquer texto.
- ⁸ Este quadro é baseado no Quadro 3 de Travaglia ([2003]/2007, p. 109) com acréscimos e modificações.
- ⁹ Segundo proposta de Pimenta (2007).
- ¹⁰ Segundo proposta de Silva (2007).
- ¹¹ Apesar de o quadro falar em gêneros, para o tipo lírico temos espécies, segundo a definição de Travaglia (2001 e [2003]/2007). Essa lista de espécies foi tomada a Tavares (1974, p. 269-312).
- ¹² Arantes (2006 e 2008) usou um *corpus* de vinte apólogos, cem fábulas e cem parábolas.
- ¹³ Todos os dados relativos à distinção entre apólogo, fábula e parábola foram tomados a Arantes (2008).
- ¹⁴ Manteremos aqui o número das tabelas de Arantes (2008), por aparecerem transcritas em citação.

Referências

- ADAM, Jean Michel. *Les textes: types et prototypes – récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris: Nathan, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos – Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Educ, 2003
- ARANTES, Marilza Borges. *A argumentação nos gêneros fábula, parábola e apólogo*, 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. 170 p.

- _____. Apólogos, fábulas e parábolas: confluências e divergências. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos; FINOTTI, Luisa Helena Borges; MESQUITA, Elisete Maria Carvalho de (Org.). *Gêneros de texto: caracterização e ensino*. Uberlândia: Edufu, 2008.
- DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita. In: ROJO, Roxane; CORDEIRO, Gláís Sales (Trad. e Org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. p. 41-70.
- FREITAS, Alice Cunha. *América mágica, Grã-Bretanha real e Brasil tropical*. Um estudo lexical de panfletos de hotéis. 1997. Tese (Doutorado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: LAEL, 1997. 230 p.
- LELLIS, Lélío Maximino. *O texto nos acórdãos dos tribunais*. 2008. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções*. Recife/Freiburg: cópia de texto inédito, 1987. 27 p.
- PARREIRA, Míriam Silveira. *Um estudo do uso de operadores argumentativos no gênero editorial de jornal*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. 223 p.
- _____. Operadores argumentativos e técnicas de argumentação em editoriais de jornal. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos; FINOTTI, Luisa Helena Borges; MESQUITA, Elisete Maria Carvalho de (Org.). *Gêneros de texto: caracterização e ensino*. Uberlândia: Edufu, 2008.
- PIMENTA, Viviane Raposo. *Textos forenses: um estudo de seus gêneros textuais e sua relevância para o gênero "sentença"*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- SILVA, Pollyanna Honorata. *Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. 225 p.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português*. 1991. Tese (Doutorado em Linguística) - Unicamp, Campinas, 1991. 330 + 124 p.
- _____. *Gramaticalização de verbos – relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras / UFRJ, Relatório de Pós-Doutorado em Linguística, 2002.
- _____. Verbos gramaticais – verbos em processo de gramaticalização. In: FIGUEIREDO, Célia Assunção et al. (Org.). *Lingua(gem): reflexões e perspectivas*. Uberlândia: Edufu, 2003. p. 97-157.
- _____. A gramaticalização de verbos. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar (Org.). *Lingua-gem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística*. Rio de Janeiro: Europa, 2003a. p. 306-321.
- _____. A poligramaticalização do verbo acabar. *Letras & Letras*, Uberlândia: Edufu, v. 20, n. 2, p. 21-56, jul./dez. 2004.
- _____. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão* 4. ed. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2006. (1. ed., 1981).
- _____. A gramaticalização do verbo começar. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos et al. (Org.). *Lingüística: caminhos e descaminhos em perspectiva*. Uberlândia: Edufu, 2006. p. 514-529.

_____. A gramaticalização dos verbos passar e deixar. *Revista da Abralin*, Belo Horizonte: Abralin/UFMG, v. 6, n. 1, p. 9-60, jan./jun. 2007.

_____. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa M. de O. Barbosa, 2003.

MARQUESI, Sueli Cristina (Org.). *Língua Portuguesa pesquisa e ensino*, v. II. São Paulo: Educ/Fapesp, p. 97-117. Disponível em: http://www.mel.ileel.ufu.br/homepages/travaglia/artigos/anais_das_relacoes_possiveis_entre_tipos_na_composicao_de_generos.pdf

_____. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. *Anais [do] 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (4º SIGET)*. (Org.). por Adair Bonini, Débora de Carvalho Figueiredo, Fábio José Rauen. - Tubarão: Unisul, 2007b. p. 1297-1306. Disponível em [http://www.](http://www.mel.ileel.ufu.br/homepages/travaglia/artigos/anais_das_relacoes_possiveis_entre_tipos_na_composicao_de_generos.pdf)

[mel.ileel.ufu.br/homepages/travaglia/artigos/anais_das_relacoes_possiveis_entre_tipos_na_composicao_de_generos.pdf](http://www.mel.ileel.ufu.br/homepages/travaglia/artigos/anais_das_relacoes_possiveis_entre_tipos_na_composicao_de_generos.pdf)

_____. A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n 1, p. 39-79, 2007c. Disponível em: <http://www.alfa.ibilce.unesp.br/download/v51-1/03-Travaglia.pdf> ou http://www.mel.ileel.ufu.br/homepages/travaglia/artigos/artigo_a_caracterizacao_de_categorias_de_texto.pdf

_____. Sobre a possível existência de subtipos. *Anais do VI Congresso Internacional da Abralin*. Dermeval da Hora (Org.). João Pessoa, 2009. p. 2632-2641. Disponível em: http://www.mel.ileel.ufu.br/homepages/travaglia/artigos/artigo_sobre_possivel_existencia_subtipos_texto.pdf

WEINRICH, Harald. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos, 1968.